

Apresentação

Dossiê Anarquismos: história e historiografia em perspectivas multidisciplinares e interseccionais

O anarquismo acabou. Viva o anarquismo!

Hoje engendra amanhã.

*O presente projeta sua sombra
muito longe no futuro.*

Emma Goldman, 1923.

O século XXI emerge com a efervescência de “novos” movimentos sociais: os movimentos antiglobalização, anticapitalista, *Occupy Wall Street*, a “primavera árabe”, as ocupações das praças e escolas por jovens estudantes, movimentos pela mobilidade urbana e, no Brasil, as “jornadas de junho” em 2013. São movimentos sociais ressignificados, horizontalizados, de ação direta, com agenda clara e específica ligadas a direitos sociais fundamentais: educação, saúde, transporte. Desses eventos, ressurgem elementos do tradicional pensamento anarquista, ressurgem movimentos que lembram o anarquismo histórico, seja lá o que isso signifique.

Concomitantemente, novas pesquisas, novas reflexões, novas abordagens, novos temas, novos recortes, novos sujeitos e outros tantos nem tão novos assim, começaram a elaborar aproximações entre o pensamento e a prática anarquista ao longo da história com demandas atuais, como as questões de gênero, especismo, questões ambientais e aquecimento global, discussões pós e decoloniais, raciais e étnicas. Há pesquisas e estudos que sistematizam a contribuição anarquista histórica para essas questões e vice versa, que articulam a contribuição atual dessas questões ao pensamento anarquista. Em uma outra seara, porém não isolada, há pesquisas sobre as experiências de autogestão e formas horizontais e autônomas de gestão, como as fábricas recuperadas na Argentina e em movimentos e movimentações sociais nesse século. Há ainda o desafio do pensamento e do movimento anarquista diante do levante conservador recente, com destaque para apropriação do discurso libertário pelos ultraliberais, com o chamado anarco-capitalismo, por exemplo. Aqui,

pesquisadores enfrentam o desafio entre a crítica à conciliação de classes proposta pelas esquerdas que foram vitoriosas recentemente (se expondo à traição) e à cooptação do discurso anarquista pela ultra direita e pelos neoliberais.

Ainda que o dossiê *Anarquismos: história e historiografia em perspectivas multidisciplinares e interseccionais* não tenha contemplado esse horizonte de expectativas, tal qual se apresentou na chamada de artigos, o resultado aqui apresentado diz muito sobre o estado da arte da pesquisa sobre o anarquismo na historiografia nacional e em como, algumas outras áreas das ciências humanas, têm se aproximado do debate e das aproximações teórico-metodológicas sobre o anarquismo.

Entre os artigos aqui organizados, abrem o dossiê dois textos de caráter teórico que, como recomenda a boa historiografia, intervêm diretamente na pesquisa empírica. O primeiro deles, “*Anarquismo italiano, transnacionalismo e emigração ao Brasil: Contribuições ao debate teórico*”, do historiador e professor Carlo Romani (UNIRIO), demonstra como, no entre séculos (XIX-XX), a formação de redes transnacionais entre os ativistas anarquistas, apesar de já bastante conhecida da historiografia, transforma-se em regra. Nesse sentido, Romani indica como a vinda de imigrantes anarquistas para o Brasil é parte constitutiva dessa história transatlântica e como, especialmente em São Paulo, esse encontro de anarquistas italianos permitiu a criação de grupos organizados em rede que foram determinantes para a difusão do anarquismo no Brasil no início do século XX.

O segundo, “*A bandeira negra entre outras: (trans) nacionalismo e internacionalismo na construção do anarquismo no Brasil (1890-1930)*”, do historiador Kauan Willian dos Santos (doutorando em História Social/USP), articula a conexão entre anarquismo, internacionalismo e transnacionalismo, a qual se organiza pela imigração, pelas redes de ativistas e pela circulação de ideias e experiências, durante a chamada Primeira República. Nesse sentido, traz à tona a visão de nação, nacionalismo, patriotismo e, aqui é importante ressaltar, a visão de raça de seus agentes, naquilo que orienta conceitos e práticas de classe, no interior do debate entre trabalhadores nacionais e estrangeiros. Sugere, então, a divisão em três momentos diferentes da história do anarquismo.

Em um segundo bloco, estão integrados os artigos que dizem respeito a desdobramentos e especificidades da história do anarquismo, no início do século XX,

no Brasil. “*Nos bastidores de um jornal anarquista: as particularidades do processo de produção de um jornal libertário na Primeira República Brasileira (1900-1935)*”, do doutorando em História (UNESP/Assis-SP), Lucas Thiago Rodarte Alvarenga, apresenta as minúcias da produção de alguns jornais de propaganda anarquista, no início do século XX. Assim, demonstra como ativistas organizaram seus periódicos libertários da escolha temática à impressão, da tipografia à distribuição. Já Luciano de Moura Guimarães, também doutorando em História Social (PUC-Rio) e professor do Colégio Pedro II, apresenta uma instigante perspectiva sobre o movimento anarquista fora do eixo Rio-São Paulo, tradicionalmente espaços de excelência da historiografia sobre o tema. O artigo, “*Anarquia na Bahia (1920-1922) – militância, repressão e circulação geográfica na trajetória de Eustáquio Marinho*”, refaz os passos do anarquista Eustáquio Marinho na circulação de ideias e de como sua presença em Salvador-BA, após voltar de um período no Rio de Janeiro onde atuou nas greves de 1918 e da “Insurreição Anarquista” no mesmo ano, será importante para a organização do movimento operário soteropolitano. Participando ativamente da organização dos trabalhadores da construção civil e da transformação das estratégias de luta operária, no que podemos chamar de anarcossindicalismo de caráter revolucionário, foi protagonista da emergência do anarquismo na Bahia. Ao mesmo tempo em que acompanha a trajetória do ativista anarquista, o autor empreende uma análise bastante perspicaz da repressão policial que se seguia a cada ação dos trabalhadores na luta por direitos, através da grande imprensa.

Retomando a história da “*Insurreição Anarquista*”, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1918, Hamilton Moraes Theodoro dos Santos, doutorando em História Comparada (UFRJ), aprofunda as análises o sindicalismo revolucionário de inspiração anarquista e que teve papel central na organização do movimento operário brasileiro na Primeira República. Percorrendo os mecanismos de resistência direta ao capitalismo, o autor traça elementos de influência da Revolução Russa na articulação de novas perspectivas de organização e de ação do movimento operário. O artigo seguinte, “*Educação, sindicalismo revolucionário e anarquismo nos Congressos Operários Brasileiros (1903-1921)*”, do historiador (UFF) e mestre em Educação (UNIRIO), Antonio Felipe da Costa Monteiro Machado, retoma a organização dos três grandes Congressos Operários Brasileiros (1906, 1913 e 1920), a partir das propostas educacionais voltadas para os trabalhadores e seus filhos.

Fechando esse bloco, o artigo “*A condição social da mulher e o debate sobre gênero e patriarcado: contribuições de Maria Lacerda de Moura*”, das autoras Tatiana Ranzani Maurano (psicóloga e doutoranda em Educação/UNESP) e Gláucia Uliana Pinto (psicóloga e doutora em Educação/Unimep) apresentam aproximações entre a obra da anarquista brasileira Maria Lacerda de Moura e o debate sobre a condição feminina. Ancorando suas análises no materialismo histórico dialético, focam no livro *Renovação*, no qual Lacerda de Moura explicita como a mulher trabalhadora tem seu corpo subjugado e, por conta disso, seu lugar social é o da procriação e cuidado dos filhos. Único artigo escrito por mulheres sobre uma mulher anarquista, demonstra como ainda é preciso abrir fronteiras e derrubar muros para pensar na historiografia da desigualdade de gêneros e do papel das trabalhadoras na luta operária.

Os dois artigos seguintes empreendem análises sobre as influências teóricas no movimento anarquista da virada do século XIX para o XX. No artigo “*Apropriação e produção de teorias evolucionistas nos periódicos anarquistas brasileiros (1900-1930)*”, Gilson Leandro Queluz, mestre em História (UFPR) e doutor em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), analisa a apropriação e produção de teorias evolucionistas presentes nos periódicos anarquistas brasileiros nas primeiras décadas do século XX. Segundo o autor, essa apropriação pelos movimentos anarquistas passou também pela crítica ao colonialismo autoritário, racista e hierárquico. Pensando a partir da ideia de hibridismo, o artigo nos brinda com um feliz encontro de ideias, as quais forneceram elementos para a produção de uma teoria crítica libertária a respeito da ciência.

Hugo Quinta, mestre em Estudos Latino-Americanos (UNILA) e doutorando em História (UNESP, campus de Assis), no artigo “*Os estudos do crime sob a ótica de um anarquista: Pietro Gori e a revista Criminalogía Moderna*”, examina os estudos do crime sob a ótica de Pietro Gori (1865-1911), personagem múltiplo, um anarquista-poeta-dramaturgo-advogado italiano que, entre 1898 e 1902, reside em Buenos Aires e ali funda a *Criminalogía Moderna*, primeira revista de criminologia da América Latina. O autor propõe uma análise “radiográfica” do trabalho de Gori sobre criminologia, ciência recentemente criada e ainda, naquele momento, em fase de consolidação. O artigo levanta indícios de como o anarquismo e a criminologia conviveram, às vezes não sem contradições, em um personagem tão múltiplo.

Fechando o dossiê, estão três artigos que articulam o (trans)nacionalismo no movimento anarquista em outros países e períodos. Abrindo este último bloco, o artigo

“Repassando a chama – sindicalismo e anarquismo na Alemanha, do período imperial até a segunda guerra mundial”, do doutorando em História Moderna (JGU Mainz-Alemanha), Moritz Peter Herrmann, propõe-se a uma tarefa difícil, porém realizada com brilhantismo. O artigo parte da ideia de que pensar anarquia e anarquismo na Alemanha é sempre tomado por certo obscurantismo, como ele afirma, “tanto pelo suposto caráter nacional, como pelo fato de que a história da classe operária alemã ser dominada pela social-democracia, um movimento centralizador e estatista, defendendo o socialismo científico de Marx e Engels.” Nesse sentido, faz um esforço bastante interessante de mapear, entre fins do século XIX e início do XX, os projetos radicais rechaçados pela hegemonia da social-democracia, assim como os ativistas que se recusaram ao dirigismo e que, mesmo como minoria, tiveram papel importante nas lutas operárias e na formação do anarcossindicalismo alemão. Ao final, ainda, ganhamos de brinde a presença das mulheres no anarquismo alemão e como o debate já se colocava em termos de uma percepção da existência de uma dupla opressão para as mulheres trabalhadoras e anarquistas. Essa é uma pesquisa que precisamos fazer com urgência.

Viajando pela Europa e chegando no período entreguerras, encontramos o poeta anarquista espanhol, León Felipe. “*La Insignia e o Anarquismo: a experiência da guerra civil espanhola na poética de León Felipe*”, artigo escrito pelo mestre em Literatura (UFES), que além de professor da área é também advogado criminalista, Felipe Vieira Paradizzo, aborda a Guerra Civil Espanhola e a produção poética de Felipe e demonstra as relações estreitas entre o ativismo anarquista e a criação.

Fechando o bloco das experiências (trans)nacionais, no artigo “*A prática de luta armada da Organización Popular Revolucionária – 33 Orientales no Uruguai (1968-1972)*”, Rafael Viana da Silva, doutor em História (UFRRJ), busca analisar a formação e ação do “braço armado” da *Federación Anarquista Uruguaya*, em um período de endurecimento do regime constitucional. Pensando nas influências da Revolução Cubana na América Latina, o artigo busca suas interconexões com a prática guerrilheira uruguaia.

Aproveito a deixa e recomendo a resenha, que se encontra no final do dossiê, elaborada pelo mestrando em História (UFAL), Igor Ribeiro, da coletânea de artigos *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas*

perspectivas (Curitiba: Editora Prismas, 2018), organizada por dois dos autores deste dossiê, Kauan Willian dos Santos e Rafael Viana da Silva.

Por fim, encerro esta apresentação com o artigo de Flávio José de Moraes Junior, mestre em História (UFRJ), “*Manifestações de rua como laboratório político – 2013 e suas emergentes formas*”. Analisando os mecanismos de comunicação entre diferentes grupos sociais nas manifestações de rua no Rio de Janeiro, entre 2013 e 2014, a partir de um contexto mais geral e inseridos nos movimentos “antiglobalização”, o artigo aponta para características de organização que tem como fundamentos na ação política, a horizontalidade. Ao mesmo tempo, tenta entender o surgimento da tática *black bloc* em meio à brutal repressão policial e a relação deles com “velhos” movimentos sociais e partidos políticos de esquerda.

Não à toa, a criminalização dos movimentos sociais ocorrida durante as “jornadas de junho” serviu também para disseminar “velhas” ideias de que o anarquismo é inimigo da sociedade e do estado. Mas o que fica é a certeza de que é da experiência de luta dos trabalhadores, daquele longínquo final do século XIX e início do século XX e que se segue, por onde encaramos o presente e miramos o futuro.

Ana Paula Palamartchuk

Julho/2020